

Centenários: Eric J. Hobsbawm e a Revolução Russa

Antonio Carlos dos Santos¹

Resumo:

O presente artigo resgata as reflexões do historiador marxista britânico Eric J. Hobsbawm a respeito da história e historiografia da Revolução Russa de 1917. Partindo da sua trajetória pessoal como militante comunista e intelectual de relevo da história social britânica, destacamos suas principais ideias sobre as condições socioeconômicas e políticas que caracterizaram a Rússia tsarista e deram origem à Revolução de 1905 e, especialmente, ao “Fevereiro” e “Outubro” de 1917. O destaque vai para as relações entre Hobsbawm e a tradição bolchevique, bem como para sua análise de alguns acontecimentos e questões historiográficas da Revolução Russa.

Palavras-chave: Eric Hobsbawm; Revolução Russa; historiografia; marxismo britânico.

Centenaries: Eric J. Hobsbawm and the Russian Revolution

Abstract:

The present article rescues the reflections of the British Marxist historian Eric J. Hobsbawm concerning of the history and historiography of the Russian Revolution of 1917. Beginning from his personal trajectory as a communist activist and as a relevant intellectual of the British Social History, we outline his main ideas about the socioeconomic and political conditions that characterized the Tsarist Russia and gave rise to the Revolution of 1905 and, especially, to the “February” and “October” of 1917. The highlight has been the relations between Hobsbawm and the Bolshevik’s tradition, as well as him analysis of some events and historiographical questions of the Russian Revolution.

Key words: Eric Hobsbawm; Russian Revolution; historiography; British Marxism.

¹ Mestre em história pela PUC-SP. *E-mail:* antonigcarlossantos@gmail.com.

O ano de 2017 foi marcado pela comemoração de dois centenários muito importantes nos campos da história e da historiografia: os 100 anos da eclosão da Revolução Russa e do nascimento do historiador britânico Eric J. Hobsbawm. Ambos os aniversariantes estão fortemente entrelaçados, inicialmente de forma casual, pois a vinda ao mundo daquela criança e de uma revolução social na Rússia tsarista ocorreram coincidentemente no mesmo ano, afastados somente alguns meses um do outro. Posteriormente, esses laços se tornaram cada vez mais conscientes, já que aquela criança, ao se tornar jovem e depois chegar à idade adulta, fez suas próprias escolhas políticas e ideológicas, optando por se filiar ao pensamento marxista e à sua vertente bolchevique, esta última vinculada umbilicalmente aos acontecimentos revolucionários de 1917.

De um lado, portanto, temos a Revolução de Outubro², ocorrida no coração do Império Russo e que tanto influenciou o restante da história do século XX (não somente na Rússia e nas regiões em que ela exercia e ainda exerce sua preponderância, mas em todo o mundo). E, de outro, temos a figura de Hobsbawm, considerado um dos grandes pensadores marxistas da atualidade, tendo contribuído intensamente para o desenvolvimento da historiografia contemporânea e influenciado muitos historiadores, sociólogos e antropólogos sociais.

Eric, o vermelho³

Nascido oficialmente em 9 de junho de 1917, na cidade egípcia de Alexandria, Eric John Ernest Hobsbawm possuía cidadania britânica, pois, à época, o Egito ainda fazia parte daquele imenso império colonial e seus pais – o inglês Leopold Percy Hobsbaum e a austríaca Nelly Grün, ambos de origem judaica – o registraram no Consulado Britânico daquela cidade, ocasião em que seu sobrenome paterno foi grafado de forma errada (HOBSEBWM, 2002, p. 16). Viveu sua infância em Viena e mudou-se para Berlim em 1931, onde foi morar com os tios Sidney Hobsbaum e Gretl Grün, logo após a morte prematura de seus pais. Foi precisamente nessas condições difíceis de vida que, ainda adolescente, obteve suas primeiras

² Havia um atraso de 13 dias entre o calendário juliano, que vigorava na Rússia, e o gregoriano, adotado pelo mundo ocidental. Sendo assim, o 25 de outubro russo correspondia ao dia 7 de novembro no Ocidente. Esta diferença foi abolida pelos bolcheviques, que adotaram o calendário gregoriano a partir de 14 de fevereiro de 1918.

³ Hobsbawm foi assim chamado pelo jornalista, escritor e crítico literário Christopher Hitchens (2003), ao fazer um paralelo entre a condição de comunista do nosso historiador e a figura de Erik Thorvaldson, o *viking* norueguês responsável pela colonização da Groenlândia no final do século X, que teria recebido essa alcunha devido à sua vasta cabeleira ruiva. Seu filho, Leif Erikson, foi o responsável pela introdução do cristianismo na Groenlândia e, provavelmente, o primeiro europeu a chegar à América, por volta do ano 1000.

experiências políticas, em um período marcado pela grave crise econômica do entreguerras que levaria à derrocada da República de Weimar e à subsequente ascensão de Adolf Hitler.

Segundo o próprio Hobsbawm (2002, pp. 73; 82-4; 90-1), esses fatos foram fundamentais para que ele se tornasse posteriormente um comunista, ligando-o “para o resto da vida” à tradição da Revolução de 1917 e ao movimento comunista internacional. Sua iniciação se deu por intermédio de uma rápida militância no movimento estudantil secundarista, em meio à agitação política que envolveu comunistas, social-democratas e nazistas na luta pelo poder na Alemanha, momento em que manteve seus primeiros contatos com os textos marxistas.

Com a consolidação do nazismo, os Hobsbaums emigraram para a Inglaterra, e o jovem Eric, após um excelente desempenho no ensino secundário, iniciou seus estudos na Universidade de Cambridge, aderindo ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (Communist Party of Great Britain – CPGB), organização à qual permaneceu filiado por mais de 50 anos, de 1936 até sua completa dissolução no início da década de 1990. A eclosão da II Guerra Mundial acabou por interromper sua pós-graduação, pois, da mesma maneira que muitos dos seus companheiros, foi convocado para servir no Exército Britânico. Após o término do conflito, Hobsbawm conseguiu retomar a carreira acadêmica, tornando-se conferencista no Birkbeck College, instituição ligada à Universidade de Londres. Entretanto, ainda segundo ele, o surgimento da guerra fria fechou-lhe as portas dos postos de história econômica em Cambridge, adiou sua promoção profissional por mais de 10 anos e impediu a publicação de seu primeiro livro, acusado pela editora de ser “muito tendencioso” (HOBSBAWM, 2002, pp. 208-9).

Foi precisamente nesse contexto que Hobsbawm estabeleceu um vínculo mais estreito e sistemático com outros jovens historiadores marxistas – Edward Thompson, John Saville, Christopher Hill, Rodney Hilton, Raphael Samuel e George Rudé, entre outros – que desenvolveriam posteriormente uma nova escola historiográfica, a atualmente reconhecida história social britânica, responsável pela elaboração de valiosos parâmetros teórico-metodológicos em prol de uma “história vista a partir de baixo” e por fundar a revista *Past & Present*. As origens desse importante movimento podem ser localizadas entre os anos de 1946 e 1956, período de existência da primeira formação do Grupo de Historiadores do CPGB, que acabou se transformando em “um dos principais núcleos de elaboração do marxismo na Inglaterra” (FORTES; NEGRO; FONTES, 2007, p. 29).

Esta versão inicial do Grupo se desfez em consequência da crise que se abateu sobre o movimento comunista no ano de 1956⁴, surpreendido tanto pelas atrocidades stalinistas, reveladas no Relatório secreto de Nikita Krushev, quanto pela invasão da Hungria por tropas soviéticas. Naquele instante, vários de seus integrantes desempenharam papel de destaque na luta interna que se instalou no Partido, de modo especial Thompson e Saville, ao publicarem o boletim dissidente *The Reasoner*, e Hill, que liderou a minoria no XXV Congresso do CPGB de 1957. Hobsbawm (2002, p. 232), presidente do Grupo naquele momento, não relata muito sobre sua participação pessoal naqueles debates, a não ser na publicação de uma carta coletiva de protesto contra a intervenção soviética na Hungria, que saiu na imprensa aberta – *The New Statesman & Nation* e *The Tribune* –, no dia 1º de dezembro daquele ano⁵.

Assim como fizeram mais de sete mil militantes – cerca de um quinto do total de filiados –, a grande maioria dos historiadores britânicos se desligou do CPGB, iniciativa não acompanhada por Hobsbawm, que, como vimos, permaneceu filiado até sua extinção, em 1991. Ele nos relata que não exerceu mais nenhuma ação política de destaque dentro das fileiras partidárias, nem mesmo na luta entre os “linha-dura” e os eurocomunistas, que acabou por destruir a agremiação, apesar de ter deixado bem claro seu apoio ao segundo grupo (HOBSBAWM, 2002, pp. 242; 292)⁶. Esse posicionamento, de se manter vinculado ao movimento comunista, apesar de voltado para um eurocomunismo que desafiava o predomínio soviético sobre os PC, custou-lhe grandes questionamentos vindos de um amplo leque ideológico, desde os setores conservadores e liberais até a esquerda radical. Desse modo, Hobsbawm foi constantemente cobrado, à direita, por ter continuado a ser um comunista

⁴ O Grupo de Historiadores não deixou de existir em 1956, permanecendo ativo com outros membros até 1991, data da dissolução do CPGB. A partir de 1992, ocorreu uma reconstituição do Grupo, agora como Socialist History Society, atuante até os dias atuais e responsável pela publicação do *Socialist History Journal*.

⁵ Hobsbawm é muito criticado por não ter se posicionado com mais firmeza nas discussões estabelecidas em torno dos crimes cometidos pelo stalinismo e da violenta repressão à Revolução Húngara. Alan Woods (2012), um dirigente trotskista britânico, acusa-o de ter defendido a tese segundo a qual a Hungria havia se tornado uma base para a contrarrevolução no Leste da Europa e, embora “com o coração pesado”, aprovado o massacre dos revoltosos húngaros em uma carta anterior, publicada em 9 de novembro, no *The Daily Worker*, o jornal do CPGB.

⁶ O único momento em que Hobsbawm protagonizou um debate político de relevância no pós-1956 ocorreu entre os finais das décadas de 1970 e 1980, quando expôs suas opiniões a respeito das perspectivas do Partido Trabalhista e da natureza das reformas econômicas neoliberais da primeira-ministra Margaret Thatcher. Na ocasião, ele foi duramente criticado pela grande maioria dos líderes sindicais e intelectuais esquerdistas britânicos ao detectar uma estagnação no movimento operário e propor uma ampla aliança eleitoral para enfrentar o “thatcherismo”. Todas as suas intervenções nesse debate podem ser encontradas em *Estratégias para uma esquerda racional* (HOBSBAWM, 1991).

e marxista até o fim ou, à esquerda, pelo abandono de tais práticas e ideias a partir da “crise de 1956”.

Bem mais tarde, em uma entrevista ao jornalista e político italiano Antonio Polito (HOBSBAWM, 2000a, pp. 190-1), ele apontou três motivos que explicariam o seu não rompimento com o CPGB naquele momento: 1º) o fato de não querer ser confundido com os ex-comunistas que se tornaram ferrenhos anticomunistas; 2º) o sentimento de lealdade à “grande causa” e às pessoas que haviam sacrificado suas vidas por ela; e 3º) a crença de que “o comunismo não se limitava à Rússia”, mas era uma causa mundial que ia muito além da história dos países atrasados governados por comunistas. Pouco tempo depois, em sua autobiografia, ele retornaria ao tema:

Em retrospecto, e vendo a pessoa que eu era em 1956 como historiador e não como autobiógrafo, creio que duas coisas explicam o motivo pelo qual permaneci no Partido, embora, evidentemente, eu tenha pensado em deixá-lo. Eu não havia entrado para o comunismo como jovem britânico na Inglaterra, e sim como centro-europeu no tempo do colapso da República de Weimar. E entrei para ele quando ser comunista não significava simplesmente luta contra o fascismo, mas sim a revolução mundial. Ainda pertencço ao fim da primeira geração de comunistas, aqueles para quem a Revolução de Outubro era o ponto de referência central no universo político. (HOBSBAWM, 2002, p. 243)

Quanto aos historiadores que se desligaram do CPGB, a maioria deles participou do processo de construção da “Nova Esquerda”, a tentativa de rearticular um movimento socialista completamente desvinculado dos ranços stalinistas e vícios crônicos dos quais padecia o “velho” movimento comunista. Essa tarefa os aproximou bastante de intelectuais marxistas de outras áreas do conhecimento, tais como o crítico literário e romancista Raymond Williams, o sociólogo Ralph Miliband e uma nova geração de promissores estudantes universitários, com destaque para Perry Anderson, Tom Nairn e Stuart Hall. O passo fundamental dado nesse sentido foi a fundação da *New Left Review (NLR)*, em 1959, fruto da unificação entre *The New Reasoner*, publicação levada adiante por Thompson e Saville, e a *Universities and Left Review* de Samuel e Hall, jovens socialistas oriundos da Universidade de Oxford.

Muito embora o surgimento da *NLR* tenha dado um novo ânimo aos “Clubs” da Nova Esquerda que se disseminaram por toda a Grã-Bretanha, cerca de dois anos depois, o movimento enfrentaria uma grave crise de perspectiva, sofrendo um processo de divisão interna diante do enfraquecimento da sua principal aposta política: a construção de um forte movimento de massa em torno da Campanha para o Desarmamento Nuclear (Campaign for Nuclear Disarmament – CND) (FORTES; NEGRO;

FONTES, 2007, p. 41). Essa situação se refletiria na própria revista, levando ao afastamento dos colaboradores mais antigos, que foram substituídos por uma nova geração de intelectuais marxistas, capitaneada por Anderson. Tal renovação na redação da *NLR*, ocorrida entre o final de 1962 e o início do ano seguinte, é considerada o divisor de águas entre uma “primeira” e uma “segunda” Nova Esquerda britânica. Essa renovação não foi muito tranquila, como ficou bem demonstrado nos acirrados debates travados entre Thompson e Anderson nos anos seguintes⁷.

O encerramento do “primeiro” Grupo de Historiadores e as dificuldades de se estabelecer a Nova Esquerda na Grã-Bretanha ficaram, no entanto, longe de representar uma decadência na produção teórica dos seus ex-integrantes; muito pelo contrário, foi a partir desse período que eles começaram a elaborar suas principais obras, consideráveis contribuições para a historiografia contemporânea.

Hobsbawm (2002, pp. 237-40) expôs a opinião de que as “Novas Esquerdas” britânicas foram politicamente insignificantes, afirmando que os seus projetos não passaram de uma “nota de pé de página meio esquecida”, pois, além de não conseguirem reformar o Partido Trabalhista ou o CPGB, não produziram novos partidos de esquerda ou mesmo líderes nacionais, com a exceção de Thompson à frente da CND, “de longe o mais importante movimento da esquerda britânica pós-1945”. Ele já havia apontado os que seriam, aos seus olhos, os pontos fracos daquele movimento: 1º) não possuir uma “base sólida” nos meios operários ou em qualquer outra classe social; 2º) nunca ter alcançado uma força eleitoral respeitável; 3º) não ter mais um projeto político que o unificasse; e 4º) estar fragmentado em lutas muito específicas, tais como as empreendidas pelos movimentos feminista e ecológico (HOBBSAWM, 2000a, p. 110)⁸.

⁷ O marco inicial desse confronto teria sido a publicação, em 1965, do ensaio *As peculiaridades dos ingleses* (THOMPSON, 2007, pp. 75-179), com duras críticas às chamadas “Teses Nairn-Anderson”, um conjunto de artigos assinados pelos novos editores da *NLR* apontando para o caráter aristocrático do capitalismo britânico e suas implicações nas raízes reformistas da classe trabalhadora. Tais reprimendas seriam reforçadas e ampliadas, na década seguinte, em *A miséria da teoria* (THOMPSON, 1981), obra na qual censurava a “nova *NLR*” por ter trazido para o marxismo britânico as ideias estruturalistas do filósofo francês Louis Althusser. Por sua vez, Anderson procurou refutar esta e outras acusações ao fazer uma análise apurada da produção historiográfica thompsoniana em *Teoría, política y historia* (ANDERSON, 2012a). Uma interessante introdução para se conhecerem melhor os argumentos de ambos os lados nesse debate é a leitura dos artigos E. P. Thompson visto por Perry Anderson (FLORENZANO, 1995), O debate no interior da *New Left* britânica (DALAQUA, 2009) e *Duas caras do marxismo inglês* (SAZBÓN, 2014).

⁸ Anderson discorda desta avaliação totalmente negativa da atuação da Nova Esquerda britânica, argumentando que, apesar de não ter conseguido atingir os objetivos de impedir a proliferação de armas nucleares e criar um novo referencial socialista, suas realizações foram muito mais significativas que as do CPGB. Ele ainda acrescenta que as “Novas Esquerdas” para além do solo britânico “foram essenciais nos Estados Unidos para precipitar o fim da Guerra do Vietnã e desencadearam as mais poderosas

Já em termos teóricos, Hobsbawm (2002, pp. 240-2) concorda que seus ex-companheiros de CPGB, com os quais fez questão de manter as relações de amizade intactas, foram bem mais produtivos, citando especialmente a publicação de *A formação da classe operária inglesa* (THOMPSON, 1987) como seu melhor resultado, embora lamenta que esse “genial” historiador tenha suspenso seus notáveis estudos sobre a sociedade britânica do século XVIII para combater as ideias de Althusser, só retomando seus projetos historiográficos quando já estava muito doente para concluí-los.

Falando especificamente da produção historiográfica de Hobsbawm naquele momento, é amplamente reconhecida sua contribuição para um dos feitos mais destacados da história social britânica, a elaboração da “história vista a partir de baixo”, principalmente em seus primeiros trabalhos, quando ajudou no resgate das revoltas camponesas – em *Rebeldes primitivos* (HOBSBAWM, 1978) –, do banditismo social – em *Bandidos* (HOBSBAWM, 2015) – e da classe operária britânica – em *Os trabalhadores* (HOBSBAWM, 2000b) e *Mundos do trabalho* (HOBSBAWM, 1987a) –, esta última abordada em si mesma e não mais apenas por intermédio de seus líderes ou da história de suas organizações sindicais e partidárias. Foi nessa ocasião que ele conseguiu dialogar mais de perto com os demais historiadores britânicos que trilhavam a mesma linha de pesquisa, com destaque para a realização das obras conjuntas *Capitão Swing* (HOBSBAWM; RUDÉ, 1982) e *A invenção das tradições* (HOBSBAWM; RANGER, 2008).

Acreditamos que, da década de 1970 em diante, houve um relativo afastamento temático que arrefeceu a troca de ideias entre Hobsbawm e os demais historiadores sociais britânicos, pois nosso autor acabou ampliando aos poucos seus primeiros interesses, inicialmente voltados especificamente para os camponeses e operários, no sentido de uma história mundial. Tal processo, que foi apontado pioneiramente pelo historiador e sociólogo estadunidense Harvey J. Kaye (1995), permitiu-lhe elaborar sua trilogia sobre o “longo século XIX” – *A era das revoluções: 1789-1848* (HOBSBAWM, 2001), *A era do capital: 1848-1875* (HOBSBAWM, 2009) e *A era dos impérios: 1875-1914* (HOBSBAWM, 2005) –, culminando na publicação de *Era dos extremos: 1914-1991* (HOBSBAWM, 1997), sua abordagem da história do “breve século XX”.

O fato de ter realizado uma trajetória política pós-1956 distinta dos demais ex-integrantes do Grupo de Historiadores do CPGB atesta, de alguma forma, a permanência de um vínculo entre Hobsbawm e a tradição revolucionária do Outubro de 1917, mesmo que fosse mais no campo do

mobilizações de trabalhadores no segundo pós-guerra na França e na Itália” (2012b, pp. 326-7).

sentimento do que no da racionalidade, como ele próprio deixou transparecer nas seguintes palavras:

Os meses que passei em Berlim me tornaram comunista para o resto da vida, ou pelo menos me transformaram em alguém cuja vida perderia a natureza e o significado sem o projeto político a que se dedicou quando estudante, ainda que visivelmente esse projeto tenha falido – e, como agora sei, somente poderia falir. O sonho da Revolução de Outubro ainda está em algum lugar dentro de mim, assim como um texto apagado no computador lá permanece, à espera de que os técnicos o recuperem dos discos rígidos. Abandonei-o, ou melhor, rejeitei-o, mas não foi eliminado. Até hoje me vejo tratando a memória e a tradição da União Soviética com uma indulgência e ternura que não sinto em relação à China comunista, porque pertencço à geração para a qual a Revolução de Outubro representava a esperança do mundo, o que nunca foi verdade quanto à China. A foice e o martelo da União Soviética eram seu símbolo. (HOBSBAWM, 2002, p. 73)

Pensamos que essa reverência de Hobsbawm à Revolução Russa não foi eliminada nem mesmo após sua aproximação do eurocomunismo, resultante em grande medida da adoção das ideias de Antonio Gramsci – “o pensamento mais original surgido no Ocidente desde 1917” (HOBSBAWM, 2012, p. 287) – enquanto uma concepção alternativa ao leninismo, capaz de orientar melhor a atuação revolucionária dos comunistas nas sociedades mais complexas que a Rússia tsarista e os demais países onde eles também tomaram o poder. A presença das reflexões gramscianas pode ser facilmente detectada em praticamente todas as obras de Hobsbawm, desde o final dos anos 1950, e também explicam sua condição dúbia de integrante do CPGB e “membro espiritual” do Partido Comunista Italiano (PCI), pois, ao propor a existência de um movimento comunista policêntrico e o respeito às instituições democráticas no caminho para o socialismo, os camaradas italianos se adequavam mais à sua concepção de comunismo; levando-o a afirmar que: “ao contrário da Grã-Bretanha, na Itália ainda valia a pena filiar-se ao Partido após 1956” (HOBSBAWM, 2002, pp. 242; 385).

Nesse sentido, fica clara a existência de uma certa dualidade em Hobsbawm relativa à sua concepção de comunismo, pois, ao mesmo tempo em que ele declara sua adesão às ideias gramscianas e eurocomunistas, diz também manter fortes e irremovíveis vínculos afetivos com a tradição leninista da Revolução Russa. Isto apesar de todas as suas críticas ao regime stalinista implantado originalmente na União Soviética e, posteriormente, exportado aos outros países onde a revolução socialista foi vitoriosa, assim como ao conjunto do movimento comunista internacional.

Gostaríamos de destacar ainda que, principalmente a partir dos anos 1990, Hobsbawm começou a se dedicar mais aos temas e

acontecimentos diretamente ligados à história do século XX e aos problemas políticos e socioeconômicos presentes na virada do milênio, um processo que se prolongou por toda a primeira década do século atual até seus últimos anos de vida. Esta última fase teve como pano de fundo o desmoronamento do “socialismo realmente existente” no Leste da Europa e na União Soviética e suas consequências mais imediatas, tais como a globalização da economia capitalista, a violentíssima Guerra Civil Iugoslava, o fortalecimento das ideias nacionalistas e neoliberais em praticamente todos os quadrantes, somados ao recrudescimento do terrorismo enquanto ação política e a consolidação dos Estados Unidos no papel de única potência mundialmente hegemônica. Com as crises econômicas de 1997-8 e 2008-10, as contradições estruturais do sistema capitalista também tiveram um grande espaço nas preocupações de Hobsbawm, que acenava para uma revalorização da figura de Karl Marx e do marxismo devido à sua alta capacidade de criticar o capitalismo.

O início dessa nova fase da produção historiográfica hobsbawmiana se deu com a publicação de *Nações e nacionalismo desde 1780* (HOBSBAWM, 1998a), ainda no começo da década de 1990. Obra resultante de algumas das suas conferências voltadas à análise das transformações da chamada “questão nacional” na época contemporânea. Porém, essa imersão na história do século XX teve em *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1997), de 1994, a sua referência mais relevante, pois, após desenvolver suas teses centrais sobre o “breve século”, ele já apontava para os grandes desafios do novo milênio, tais como a hegemonia militar estadunidense, o crescimento das desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento do terrorismo e do nacionalismo xenófobo, o agravamento dos problemas demográficos e ecológicos mundiais e o enfraquecimento dos estados-nação diante da globalização da economia.

Esses temas seriam revisitados em *O novo século* (HOBSBAWM, 2000a) e, principalmente, em *Globalização, democracia e terrorismo* (HOBSBAWM, 2007), uma coleção de ensaios que completavam e atualizavam as reflexões realizadas em suas obras anteriores, agora sob o efeito do 11 de Setembro de 2001 e de seus mais importantes desdobramentos. Dentro desse contexto, ele já criticava a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e os preparativos para uma futura intervenção militar na Síria, e o fazia não por ter alguma simpatia pelos regimes de Saddam Hussein e Bashar al-Assad, mas por serem ações que teriam como resultado a destruição dos dois únicos estados “garantidamente seculares do Oriente Médio” e o aumento da instabilidade política da região (HOBSBAWM, 2007, p. 159).

Nosso historiador já havia declarado:

Uma das muitas ironias da história é que após meio século de guerra fria anticomunista, os únicos inimigos do governo de Washington que chegaram a matar cidadãos americanos em território dos Estados Unidos sejam os próprios fanáticos de ultradireita e os militantes muçulmanos fundamentalistas sunitas que antes foram propositadamente financiados pelo “mundo livre” contra os soviéticos. O mundo ainda pode vir a lamentar, confrontado com a alternativa de Rosa Luxemburgo entre socialismo ou barbarismo, que tenha optado contra o socialismo. (HOBSBAWM, 2002, p. 310)

As últimas preocupações de Hobsbawm, bastante presentes em suas entrevistas, palestras e ensaios, estavam voltadas para a análise e compreensão das crises econômico-financeiras pelas quais passava o sistema capitalista mundial em sua fase globalizada, especialmente as ocorridas em 1997-8 e 2008-10. Já na virada para o terceiro milênio ele fazia uma diferenciação entre as fracas oscilações da “Era de Ouro” do século XX, entre 1947 e 1973, e as fortes sacudidas que haviam acontecido em 1980-2, 1990-1 e 1997-8, considerando a última delas um momento decisivo na bancarrota do “fundamentalismo neoliberal” predominante nas últimas três décadas do século XX e no primeiro decênio do atual. Enfim, o colapso econômico originado pela inexistência de qualquer tipo de controle sobre as formas de investimentos e sobre os fluxos dos recursos internacionais havia representado uma tremenda ruptura da economia capitalista global (HOBSBAWM, 2000a, pp. 10; 80-1)⁹.

Em *Como mudar o mundo* (HOBSBAWM, 2012), sua última obra em vida, nosso historiador voltou a analisar o processo de globalização sob o domínio do “fundamentalismo de mercado”, demonstrando que, além de ter enfraquecido os estados-nação e aumentado as desigualdades econômicas dentro dos países e entre as diferentes regiões do mundo, tal globalização havia promovido o retorno das consequências catastróficas das crises cíclicas do sistema capitalista (HOBSBAWM, 2012, pp. 20-1). Acenando agora para o ano de 2008 como a data da “mais grave crise mundial desde a década de 1930”, Hobsbawm (2012, pp. 21; 372) chegou a identificar tal fenômeno a uma espécie de “queda do Muro de Berlim” da direita política e um sinal da aproximação do verdadeiro fim da “era das incertezas do breve século XX”, período que havia iniciado com a alta dos preços do petróleo de 1973.

⁹ Hobsbawm (2000a, p. 81) afirma que a gravidade da crise econômica de 1997-8 foi bastante subestimada no Ocidente, mas, se analisada sob uma perspectiva global, ela havia sido tão dramática que, em alguns países do Sudeste asiático, suas consequências socioeconômicas poderiam ser comparadas às ocorridas nos Estados Unidos após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929.

A relação entre as periódicas crises econômico-financeiras do capitalismo atual e o renascimento do interesse pelas ideias de Marx foi o tema principal de Hobsbawm em seus derradeiros anos de vida. Segundo ele, uma das razões para o resgate do pensamento marxiano para a compreensão dos problemas do século XXI seria a grande semelhança entre o mundo capitalista globalizado, que se configurou na década de 1990, e as previsões feitas nas vésperas da Revolução de 1848, nas poucas páginas do *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 2013). O outro motivo seria o fato de aquele eminente pensador do século XIX ter se livrado, graças ao colapso da União Soviética e ao conseqüente fim do “marxismo oficial”, da identificação pública com a teoria e os regimes “leninistas”, que compreensivelmente tanto o marcou durante praticamente todo o século XX (HOBSBAWM, 2012, p. 15).

Mesmo com o passar do tempo e apesar do avançado de sua idade, Hobsbawm manteve uma intensa atividade intelectual, fornecendo inúmeras entrevistas, realizando palestras em várias partes do mundo, publicando coletâneas de seus escritos – antigos e inéditos – e lecionando na New School for Social Research, na cidade de Nova York; além de ter trabalhado como professor convidado na Universidade Stanford, em Palo Alto (Califórnia), na Universidade Cornell, em Ithaca (estado de Nova York) e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Desde o sucesso editorial de *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1997), em meados da década de 1990, ele obteve um grande reconhecimento internacional, tornando-se membro da Academia Britânica e da Academia de Artes e Ciências dos Estados Unidos.

Somente a luta de vários anos contra a leucemia e uma queda acidental, no final de 2010, forçaram-no a diminuir suas atividades. Sua morte ocorreu nas primeiras horas da manhã do dia 1º de outubro de 2012, no Royal Free Hospital, em Londres, onde estava internado havia meses para combater uma pneumonia; e, segundo sua filha Julia, ainda encontrava energia para ler vários jornais e preparar a publicação de *Tempos fraturados* (HOBSBAWM, 2013), lançado postumamente¹⁰.

Sobre a Rússia tsarista

Como já ressaltamos, desde o seu primeiro envolvimento político na Alemanha pré-hitlerista e posterior filiação ao CPGB, Hobsbawm manteve-se ligado à tradição revolucionária inaugurada pelos bolcheviques em 1917. Essa ligação se manteve ainda que as dificuldades

¹⁰ Mais recentemente, houve a publicação de *Viva la revolución* (HOBSBAWM, 2017), uma segunda obra póstuma do nosso historiador. Trata-se de uma coletânea de seus artigos e ensaios dedicados à história da América Latina, escritos entre 1960 e 2002.

dos historiadores marxistas de dialogar com a ortodoxia oficial sobre a interpretação dos acontecimentos ligados à Revolução Russa e ao movimento comunista internacional fizesse que ele – e muitos dos seus companheiros – evitasse por bastante tempo tratar desses temas em suas obras (HOBSBAWM, 2002, p. 321)¹¹. Tais assuntos começaram a aparecer em alguns de seus textos somente em meados dos anos 1960, compilados em *Revolucionários* (HOBSBAWM, 1985), e nas suas contribuições diretas à *História do marxismo* (HOBSBAWM, 1987b; 1989). Porém, seria nas suas famosas “eras”, especialmente em *A era dos impérios* (HOBSBAWM, 2005) e *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1997), que nosso historiador abordaria os antecedentes da Revolução Bolchevique, o Outubro de 1917 em si e seus desdobramentos mais significativos. Portanto, somente após o encerramento da experiência socialista soviética, em 1991, ele começou a se sentir mais à vontade para se pronunciar sobre esses temas em seus livros, artigos, palestras e entrevistas.

Buscando compreender o “breve século XX”, Hobsbawm deixou bem claro o papel fundamental desempenhado pela Revolução Russa de 1917, mais especificamente a realizada pelos bolcheviques em outubro daquele ano. Para ele, a importância creditada aos acontecimentos revolucionários de 1917 em relação à história do século XX só encontra equivalência na influência que a Revolução Francesa de 1789 exerceu sobre a trajetória do “longo século XIX”, e não é por acaso que o período 1914-91, o recorte temporal estabelecido por ele como a “era dos extremos”, coincide praticamente com a existência da União Soviética, o principal fruto da Revolução de Outubro (HOBSBAWM, 2005, p. 415; 1997, p. 62).

Muito embora as conexões feitas por nosso historiador entre a Revolução Russa e a Revolução Francesa estejam presentes, majoritariamente, em *Ecos da Marselhesa* (HOBSBAWM, 1996)¹² – uma resposta ao revisionismo historiográfico de 1789, capitaneado por François Furet, na época do seu bicentenário –, foi em *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1997) que ele concluiu:

¹¹ Talvez a única exceção à tendência dos historiadores marxistas britânicos de não tratar diretamente de temas ligados ao Outubro de 1917 foi o livro *Lenin e a Revolução Russa* (HILL, 1977), publicado inicialmente em 1947, logo no início da existência do Grupo de Historiadores do CPGB.

¹² Hobsbawm (1996, pp. 51; 63-75; 79-80) chama nossa atenção para o fato de que as comparações entre 1917 e 1789 começaram a ocorrer desde os primeiros artigos jornalísticos, publicados ainda no calor dos fatos. Tal tendência teria persistido junto à maioria dos intelectuais revolucionários russos e aos demais historiadores da Revolução de Outubro, que geralmente estabeleciam um vínculo direto entre ambas as revoluções, abrangendo seus agrupamentos políticos, líderes mais eminentes e principais acontecimentos ou fases.

a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna (HOBSBAWM, 1997, p. 62).

A existência de uma continuidade entre o jacobinismo e o bolchevismo é uma das teses sustentadas desde a publicação de *A era das revoluções* (HOBSBAWM, 2001, pp. 130-3), quando apontava o Ano II (1793-4) e a Conspiração dos Iguais de 1796 – a “primeira revolta comunista da história moderna” – como os inspiradores do modelo de revolução socialista, diferenciando-se assim dos liberais moderados e dos democratas radicais que ficaram, respectivamente, presos às fases 1789-91 e 1792-3 da Revolução Francesa. Segundo ele, o maior responsável pela ligação entre a tradição das secretas irmandades insurrecionais – descendentes das lojas maçônicas e que estiveram presentes na Revolta dos Dezembristas de 1825, na Rússia – e a moderna tradição comunista foi o revolucionário italiano Filippo Giuseppe Buonarroti, um sobrevivente de 1796 e discípulo de Graco Babeuf.

Na verdade, Hobsbawm (2009, p. 46) aponta Buonarroti como o continuador do babovismo e mentor de Louis-Auguste Blanqui, “o severo rebelde que só saía de uma vida na prisão quando era libertado pelas revoluções” e que ganhou bastante destaque nos acontecimentos de 1830 e 1848. Foi precisamente nesse período que ocorreu a transformação das sociedades secretas em organizações proletárias revolucionárias, o que teria, na opinião de Hobsbawm (2001, pp. 145-6), incentivado bastante o aumento do número de artesãos e artífices entre seus quadros, em detrimento de membros oriundos da classe média. O exemplo desse fenômeno fornecido por ele é o da Liga dos Proscritos, uma associação conspirativa de alemães expatriados, que mudou seu nome para Liga dos Justos antes de se transformar na Liga dos Comunistas de Marx e Friedrich Engels.

Não temos dúvidas de que, aos olhos de Hobsbawm (2009, pp. 20-1), os bolcheviques devem muito à concepção internacionalista de revolução social e à tradição organizacional secreta, modelo que se afastou claramente dos movimentos de massa na linha do cartismo britânico, dos nascentes partidos operários da II Internacional e do desinteresse apolítico dos socialistas utópicos, os três segmentos mais enraizados na realidade da Europa Ocidental do que a Leste do Rio Elba, a fronteira natural que a separa da Europa Oriental.

Hobsbawm não foi, definitivamente, um historiador da Revolução Russa, e já abordamos os motivos que o afastaram por um longo tempo desse pertinente tema da historiografia contemporânea. Entretanto, em suas últimas obras, principalmente as que foram publicadas após o encerramento da experiência socialista soviética, ele tratou mais abertamente de assuntos relacionados diretamente ao Outubro de 1917 e à história da União Soviética, sem deixar que a falta de especialização e a não realização de pesquisas em fontes documentais de primeira mão o impedissem de contribuir de modo relevante à análise dos acontecimentos revolucionários russos.

Se acompanharmos os trabalhos de Hobsbawm que versam sobre a história do século XIX, encontraremos vários comentários tratando especificamente da Rússia pré-revolucionária, cobrindo mais precisamente os 100 anos que separam a invasão da Rússia tsarista pelas tropas napoleônicas e as vésperas da I Guerra Mundial. Um dos primeiros aspectos a nos chamar a atenção é a caracterização econômica do Império Russo realizada por ele, que situou o “país dos tsares” na região mais atrasada de uma Europa ainda essencialmente rural na “era das revoluções”, pois cerca de 90% a 97% da sua população ainda vivia no campo (HOBSBAWM, 2001, p. 27). Ele também observou que a crescente urbanização da Europa Ocidental e a abertura da rota do Mar Negro estavam apenas começando a estimular as exportações de trigo das férteis terras negras da Ucrânia, exportações estas que se tornariam a base do comércio externo russo até o processo de industrialização da União Soviética na década de 1930 (HOBSBAWM, 2005, p. 31).

Ao abordar o período entre 1848 e 1875, Hobsbawm (2009, pp. 244-5) afirmava que as pressões do desenvolvimento capitalista haviam começado a minar as bases agrárias da estabilidade política na sociedade russa, pois a transição para a produção de mercado, em especial a monocultura de exportação, acabava provocando o rompimento das relações sociais tradicionais e a desestabilização da economia, transformando-a em uma região potencialmente explosiva. No entanto, na sua opinião, as razões para a emancipação dos servos, em 1861, não eram exclusivamente de ordem econômica e nem mesmo estavam ligadas diretamente à insatisfação camponesa, mas se relacionavam intimamente ao medo aristocrático de que uma revolução social não-camponesa conseguisse mobilizar tal descontentamento, perigo comprovado pelos inúmeros levantes agrários ocorridos a partir do início da segunda metade do século XIX. Em outras palavras, não eram tanto as rebeliões cegas dos camponeses que assustavam os Romanovs – a dinastia que estava no poder desde 1613 – e os grandes proprietários de terra, pois ambos sabiam que tais revoltas duravam pouco e eram invariavelmente esmagadas. O

que causava preocupações à aristocracia russa era como evitar que o campesinato reforçasse os movimentos liberal-radicais contra a autoridade central, que sem esse apoio permaneceriam totalmente insignificantes (HOBSBAWM, 2009, pp. 256-7).

Embora concordasse com o atraso socioeconômico russo, Hobsbawm (2005, pp. 404-5) defendia a ideia de que a Rússia da “era dos impérios” pertencia ao Ocidente, pois, além de exercer o controle de territórios mais avançados a Oeste – Finlândia, Países Bálticos e partes da Polônia –, o governo tsarista estava dedicado a industrializar o país e a manter uma postura colonizadora da cultura russa sobre os demais povos pertencentes ao Império. Em contrapartida, a mescla de capitalismo privado e de estado havia alcançado resultados espetaculares em termos de modernização econômica, duplicando suas ferrovias entre 1890 e 1904; ocorreu o mesmo com a produção de carvão, ferro e aço nos últimos cinco anos do século XIX. A maciça industrialização patrocinada pelo estado ao longo da década de 1890, assim como as transformações que aconteciam no meio rural, também criou novos focos de desestabilização social por meio do aparecimento de um proletariado industrial – concentrado em grandes e poucos complexos fabris – e da intensificação das tensões nacionais ao desenvolver algumas regiões periféricas do Império Russo, caso da Polônia, da Ucrânia e do Azerbaijão, este último devido às suas grandes reservas petrolíferas (HOBSBAWM, 2005, pp. 406-7).

Quanto aos aspectos políticos da Rússia tsarista, Hobsbawm (2001, p. 118) acentuava a sua emergência no pós-guerras napoleônicas como uma das cinco grandes potências mundiais do século XIX – juntamente com a Inglaterra, a França, a Áustria e a Prússia. Isso porque o início do declínio do Império Turco-Otomano tanto aguçou suas ambições no Mediterrâneo Oriental, no Oriente Médio e nas proximidades das posses britânicas na Índia que, ao conflitar com os interesses anglo-franceses nessas regiões, criou a chamada “questão oriental”: uma série de conflitos diplomáticos e fonte permanente de crises que acabaram desembocando na Guerra da Crimeia de 1854-6, a única oportunidade em que mais de duas grandes potências se enfrentaram militarmente entre 1815 e 1914. Aos olhos de Hobsbawm (2005, p. 117), os resultados diplomáticos da Guerra da Crimeia foram temporários ou inexpressivos, bem ao contrário dos seus efeitos de longo prazo, com destaque para o abalo da autocracia tsarista, que se viu obrigada a abolir a servidão e a assistir à emergência do movimento revolucionário russo no final dessa mesma década.

Não foi somente por intermédio dos conflitos imperialistas em sua fronteira ocidental – conflitos estes que retomariam fôlego às vésperas da I Guerra Mundial –, porém, que o Império Russo começou a desmoronar, e sim por meio das suas aventuras expansionistas no Extremo Oriente, pois,

após aumentar a sua presença na região com a construção da ferrovia transiberiana, a Rússia acabou entrando em choque direto com as pretensões japonesas sobre o território chinês, mais precisamente sobre a Manchúria. Uma rápida e humilhante derrota na Guerra Russo-Japonesa de 1904-5 expôs toda a fragilidade do regime tsarista, não lhe dando tempo sequer para se recompor diante da chegada da revolução social (HOBSBAWM, 2005, p. 410).

Em suma, Hobsbawm (2005, pp. 404-8) classificava a Rússia dos Romanovs como um estado que, além de atrasado e ineficiente, era ainda dirigido por uma autocracia burocrática, sistema considerado “pré-histórico” pelos próprios padrões europeus no final do século XIX. Ele ainda observava que, a partir da década de 1870, até os liberais começaram a apoiar a ideia de uma revolução na Rússia diante dos sinais de fraqueza do regime e do surgimento de um movimento revolucionário formado majoritariamente pela *intelligentsia*, isto é, os setores instruídos da sociedade russa, compostos pelos jovens filhos da nobreza, da burguesia e dos estamentos médios, inclusive por uma grande proporção dos secularmente discriminados e maltratados judeus.

Para melhor compreender o processo revolucionário russo, Hobsbawm dedicou grande atenção ao movimento populista – os chamados *narodniks* –, considerado por ele o ancestral do bolchevismo e o verdadeiro elo entre a tradição revolucionária francesa e o Outubro de 1917. Ele destacava o papel fundamental desempenhado no interior do movimento revolucionário russo pela *intelligentsia*, a única camada social – diante da fraqueza da burguesia e, ainda naquele momento, do novo proletariado industrial – que havia adquirido uma consciência própria e a capacidade de agitação política na década de 1860, apesar da sua exiguidade (HOBSBAWM, 2009, p. 231)¹³.

O “populismo”¹⁴ teria sido então a forma encontrada pela *intelligentsia* russa para lidar com a contradição de serem

¹³ Em 1897, os “instruídos” não ultrapassavam 100 mil homens e 6 mil mulheres em toda a Rússia, número pequeno que aumentava rapidamente, pois, enquanto na Moscou de 1840 só havia cerca de 1.200 deles, em 1882 já contava com 5 mil professores, 2 mil doutores, 500 advogados e 1.500 artistas. Anteriormente, Hobsbawm (2001, p. 154) já havia apontado para a existência de 20 mil alunos secundaristas em 1850, quando a população russa era de 68 milhões de habitantes, bem como para o crescimento de estudantes universitários do patamar de 1.700 alunos, em 1825, para 4.600, em 1848.

¹⁴ O populismo russo não possui nenhum vínculo com a concepção na qual o termo “populismo” é utilizado pela sociologia em seus estudos da realidade latino-americana – com destaque para o período entre as décadas de 1930 e 1960 –, buscando caracterizar um momento em que as “massas trabalhadoras” urbanas, recém-chegadas do campo e ainda desprovidas de uma consciência de classe, estariam sujeitas às manipulações político-ideológicas por parte das “elites dominantes”. No caso específico da Rússia, tratava-se de um movimento revolucionário que propunha “ir ao povo” – *khoidenie v narod*, em russo –, numa tentativa de convencer os camponeses a se organizarem em uma espécie de socialismo agrário com base na propriedade comunal da terra, o que os

modernizadores, isto é, “ocidentalizantes”, num momento em que o liberalismo ocidental e o capitalismo não ofereciam um modelo viável para uma Rússia que ainda só dispunha do campesinato como força de massa potencialmente revolucionária. Para eles, a Rússia do futuro seria socialista e não capitalista, mas um socialismo não baseado no desenvolvimento industrial do Ocidente, e sim no modelo da vila comunal – o *mir* (sociedade) ou *obschina* (comuna) –, com alguns dos seus líderes, com destaque para a carta de Vera Zasulitch, perguntando diretamente a Marx sobre o que ele pensava a respeito. Dele, receberam como resposta um hesitante “talvez”, mas, dos marxistas russos que surgiram das próprias ruínas do populismo e após um período de rápido progresso industrial, ouviram um estrondoso “não”, pois estes últimos eram “ocidentalizantes puros” e argumentavam que a Rússia seguiria os mesmos passos do Ocidente, gerando assim uma burguesia e um proletariado fortes (HOBSBAWM, 2009, pp. 232-3)¹⁵.

Hobsbawm (2009, p. 234) também observava que o populismo russo havia oscilado entre um terrorismo de pequenos grupos – influenciados pelos anarquistas Mikhail Bakunin e Sergey Netchaev – e os defensores de uma educação política do “povo” – inspirados nos escritores Aleksandr Herzen, Nikolay Tchernyshevsky e Vissarion Belinsky. Nosso historiador apontava para o predomínio da organização conspiratória secreta, centralizada e disciplinada, de tradição “jacobino-blancuista”, que antecipava, assim, os bolcheviques. Outro aspecto por ele ressaltado dizia respeito à forte presença entre os seus quadros de estudantes universitários provenientes das camadas sociais mais pobres, em substituição ao tradicional predomínio dos “filhos da nobreza” nos movimentos rebeldes anteriores.

Para Hobsbawm (2009, pp. 234-5), a importância política do movimento populista russo não residia nas suas realizações ou poder de mobilização, pois ambos foram praticamente nulos: não passaram de alguns milhares de militantes abnegados, fracassaram totalmente em sua “ida ao povo” diante da desconfiança dos camponeses, e o seu principal ato terrorista – o assassinato do tsar Alexandre II, em 1881 – acabou por decretar o seu fim¹⁶. Na verdade, aos olhos do nosso autor, a relevância dos

livraria, juntamente com toda a sociedade russa, “das contradições e mazelas da industrialização capitalista do Ocidente” (RAGO FILHO, 1998, pp. 46-52).

¹⁵ Segundo Hobsbawm, somente após a Revolução de 1905 é que alguns revolucionários marxistas, tais como Vladimir Lênin e Leon Trotsky, perceberiam a irrealidade desta perspectiva, pois a burguesia russa se mostrará muito fraca para dirigir a revolução democrático-burguesa, deixando para o proletariado, aliado aos camponeses, a tarefa de derrubar simultaneamente o tsarismo e o capitalismo.

¹⁶ Ainda em 1887, Aleksandr Ulyanov – o irmão mais velho de Lênin – foi enforcado juntamente com outros quatro jovens populistas pela tentativa fracassada de assassinar o tsar Alexandre III.

narodniks estaria no fato de terem iniciado uma agitação revolucionária que conseguiria, 50 anos depois, derrubar o tsarismo e implantar o primeiro regime socialista da história.

Com a destruição e dispersão dos populistas após 1881, Hobsbawm (2005, p. 408) chamava a nossa atenção para o fato de que estes revolucionários renasceriam nos primeiros anos do século XX, com a criação do Partido Social Revolucionário – os SR – que, ao encontrar um campesinato mais bem preparado para escutá-lo, tornou-se o principal partido rural de esquerda. Ele também citava o ressurgimento de sua ala terrorista, encabeçada pelo agente infiltrado Evgeny Azef, que teria participado de vários assassinatos políticos e entregado muitos dos seus camaradas para satisfazer tanto os setores revolucionários quanto a polícia secreta tsarista.

Por outro lado, Hobsbawm (2005, pp. 408-9) não se surpreendeu ao constatar que os movimentos que nasceram e cresceram sob os escombros do populismo eram todos de orientação marxista, mesmo que só tenham conseguido se organizar no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) no final da última década do século XIX. Essa espetacular aceitação das ideias de Marx teria ocorrido devido à inviabilidade de as propostas progressistas ocidentais frutificarem na Rússia tsarista, fazendo que até os liberais russos se tornassem marxistas, pois somente esse pensamento previa uma fase de desenvolvimento capitalista para o País¹⁷.

Diante do costume geral de se acompanhar somente a trajetória dos bolcheviques, o agrupamento que prevaleceu dentre os demais revolucionários marxistas russos, Hobsbawm (2005, p. 409) advertia para o fato de que os camaradas de Lênin: 1º) eram apenas uma entre as várias tendências existentes na social-democracia russa; 2º) tornaram-se um partido autônomo somente em 1912; 3º) não tinham suas diferenças em relação aos outros tipos de socialistas compreendidas pelo conjunto dos trabalhadores russos e pelos socialistas estrangeiros; e 4º) possuíam, como principal vantagem sobre os demais grupos, apenas o fato de serem “mais bem-organizados, mais eficientes e mais confiáveis”. Ainda dentro dessa tentativa de relativizar a importância dos bolcheviques no interior do movimento revolucionário russo, Hobsbawm (1985, p. 116) já havia defendido anteriormente a tese de que o POSDR só se dividiu

¹⁷ Em um ensaio intitulado A cultura europeia e o marxismo entre o século XIX e XX (HOBBSAWM, 1989, pp. 83-4; 2012, pp. 203-4), nosso historiador já havia anotado o precoce enraizamento do marxismo na Rússia, que se constituiu simultaneamente em uma alternativa ao anticapitalismo revolucionário dos populistas e, ao justificar a missão histórica do capitalismo, em uma base para os chamados “marxistas legais”: um grupo de economistas acadêmicos formado por Pyotr Struve, Sergey Bulgakov e Mikhail Tugan-Baranovsky, entre outros, que, ao aceitar a terminologia e o método de análise econômica marxista, ressaltou as realizações históricas positivas do capitalismo e abandonou qualquer perspectiva de derrubá-lo.

organicamente nos anos que antecederam a eclosão da I Guerra Mundial, considerando um erro a crença de que estes e os mencheviques estavam totalmente separados desde o II Congresso de 1903.

Na realidade, Hobsbawm não escreveu nada muito específico sobre o Partido Bolchevique, e suas impressões a respeito nos parecem bastante influenciadas pela trajetória posterior dos partidos que formaram o movimento comunista internacional, levando-o a classificar o “novo tipo de partido” de Lênin como uma das grandes inovações sociais criadas no século XX, bem como a afirmar que a principal contribuição leniniana para mudar o mundo não teria sido a sua doutrina, mas a sua proposta de organização partidária (HOBSBAWM, 1997, pp. 81-2; 451).

Mesmo reconhecendo que o modelo leninista de um partido formado por revolucionários profissionais seria potencialmente autoritário, como já havia sido denunciado desde o início por muitos outros marxistas russos, Hobsbawm (1997, pp. 376-9) afirmava que o Partido Bolchevique anterior à Revolução Russa se comportava muito mais como uma “sociedade de debates” do que como um estado-maior militar, pois tanto a ortodoxia quanto a intolerância só foram incorporadas pelo bolchevismo por motivos pragmáticos, e não como valores em si. Por fim, na busca de isentar parcialmente Lênin desse processo, Hobsbawm lembrava que o maior líder da Revolução Russa sempre – antes e depois do Outubro de 1917 – se valeu da argumentação e não de sua autoridade dentro do Partido, o que autorizava nosso historiador a conjecturar que, se tivesse sobrevivido a 1924, Lênin não teria tolerado a “versão secular de religião de estado universal e compulsória que se desenvolveu após sua morte”.

Sobre a Revolução Russa

Como já vimos, as perspectivas de uma revolução na Rússia tsarista se reforçaram bastante a partir das décadas de 1860 e 1870, quando ficaram mais evidentes as fraquezas internas e externas do regime autocrático, concomitantemente ao surgimento do movimento revolucionário promovido pela *intelligentsia* populista. Hobsbawm (2005, p. 404) discordava frontalmente dos historiadores que acreditam que a Rússia – “a economia que mais rapidamente se desenvolvia no fim do século XIX” – evoluiria no sentido de uma sociedade liberal, caso sua prosperidade não tivesse sido interrompida pela guerra e pela revolução social.

Ainda que considerasse uma simplificação excessiva a afirmação leniniana de que 1905 teria sido “uma revolução burguesa realizada por meios proletários”, Hobsbawm (2005, pp. 410-1) concordava que o recuo

do governo tsarista só ocorreu diante das greves de massa dos trabalhadores na capital e nas demais cidades industriais do Império Russo, que conseguiram conquistar “algo parecido a uma constituição”¹⁸. Ele também destacava o surgimento espontâneo dos sovietes (conselhos), inspirados nas aldeias camponesas, especialmente a atuação do Soviete de São Petersburgo, que, sob a presidência do jovem Trotsky, funcionou como um parlamento de trabalhadores com autoridade máxima na capital do país. No entanto, apesar do importante papel exercido pela intervenção dos trabalhadores, Hobsbawm (2005, p. 411) julgava como decisiva para a quebra da resistência tsarista a eclosão das revoltas camponesas no vale do Volga e na Ucrânia, assim como o esfacelamento das forças armadas, simbolizado pelo motim do encouraçado *Potemkin* – episódio imortalizado pelo cineasta Sergey Eisenstein, em 1925 – e a mobilização revolucionária das várias minorias nacionais.

Hobsbawm (2005, pp. 411-2) colocava em evidência o fato de que o caráter “burguês” da Revolução de 1905 não foi muito contestado na época, pois, ao contrário do que ocorreria no Outubro de 1917, a grande maioria da classe média e dos estudantes era favorável à revolução. Assim como a totalidade dos liberais, a maioria dos marxistas russos concordava que o objetivo maior era conseguir implantar um sistema parlamentarista que lhes garantisse as liberdades civis e políticas típicas das sociedades democráticas ocidentais. Em outras palavras, era consensual – excetuando-se os SR, que ainda pretendiam transformar as comunas camponesas na base da nova sociedade – que a questão do socialismo não estava na ordem do dia na Rússia de 1905, principalmente devido ao seu notório atraso econômico e social.

Após observar que Lênin já tinha clareza, em 1905, da fragilidade numérica e política da burguesia liberal russa – o que a incapacitava a assumir o poder no lugar do tsar –, bem como de que a empresa privada não seria forte o bastante para modernizar o país sem a participação do capital estrangeiro e do estado, Hobsbawm (2005, p. 412) afirmava que a grande novidade dessa posição, em comparação à dos mencheviques, era o reconhecimento de que “a revolução burguesa deveria, por assim dizer, ser feita sem a burguesia”, ou seja, ficaria a cargo da classe operária em aliança com o decisivo campesinato. Sobre este ponto, escrevia Hobsbawm:

¹⁸ O estopim do movimento grevista foi uma manifestação pacífica, ocorrida no dia 22 de janeiro de 1905 – 9 de janeiro, segundo o calendário juliano –, em São Petersburgo, cujo massacre passou para a história como o “Domingo Sangrento”. Ela foi liderada pelo padre Georgy Gapon e reivindicava junto a Nicolau II a implantação de uma legislação trabalhista e o fim do conflito russo-japonês. Custou a morte de uma centena de pessoas e o crescimento do descrédito popular do tsar, que passou a ser chamado depois deste episódio de “o Sanguinário”. Gapon foi desmascarado um ano depois, como um agente policial infiltrado, e assassinado pelo braço armado dos SR.

A ideia de que os próprios operários podiam, dada a ausência de uma burguesia, tomar o poder e passar diretamente à etapa seguinte da revolução social (“revolução permanente”)¹⁹ de fato havia sido brevemente ventilada durante a revolução [de 1905] – quanto mais não fosse para estimular uma revolução proletária no Ocidente, sem a qual acreditava-se que as chances de um regime socialista sobreviver fossem mínimas, a longo prazo. Lênin pensou nessa possibilidade, mas continuou a rejeitá-la como impraticável. (HOBBSAWM, 2005, pp. 412-3)

Ainda segundo Hobsbawm (2005, p. 413), Lênin contava não somente com o crescimento da classe operária, mas com a continuidade do ímpeto revolucionário dos camponeses e da mobilização, aliança ou neutralidade das forças de libertação nacional, pois ambos eram valiosos inimigos do tsarismo. Nisso residiria a explicação para a insistência do líder revolucionário russo no “direito de autodeterminação dos povos”, incluindo o de separação da Rússia, em contradição com a própria organização dos bolcheviques, que era um partido único para todo o território do Império Russo, mantendo um caráter a-nacional.

Em seu balanço da Revolução de 1905, Hobsbawm (2005, pp. 414-5) avaliava que a sua derrota acabou não gerando uma alternativa “burguesa” ao regime tsarista, embora também não tivesse lhe oferecido mais do que cinco ou seis anos de tranquilidade, pois o perigo de uma nova revolução social retornaria a partir de 1912. Ele assinalava também que, apesar de estar convencido da proximidade de uma nova situação revolucionária pouco antes da I Guerra Mundial, Lênin demonstrava grande preocupação com a firme lealdade da burocracia, da polícia e das forças armadas em torno do tsar – as quais, diferentemente de 1904-5, não se encontravam desmoralizadas – e com a passividade da *intelligentsia* que, após a derrota de 1905, parecia ter trocado o radicalismo político pelo irracionalismo e vanguardismo cultural²⁰. Finalmente, para Hobsbawm, a Revolução de 1905 – mesmo “incompleta e temporária” – ofereceu resultados dramáticos e imediatos, sobretudo em termos internacionais, precipitando revoluções na Pérsia – atual Irã – (1905) e no Império Turco-Otomano (1908), acelerando a proclamação da República na China (1911) e

¹⁹ Hobsbawm (1987b, pp. 310; 319-21; 2012, pp. 58-9; 66-7) já havia identificado o nascimento da teoria da “revolução permanente” nas reflexões de Marx sobre a fase jacobina da Revolução Francesa e a estratégia proletária a ser adotada nas futuras revoluções pós-1848; e, embora tenha omitido inicialmente a participação de Trotsky no ressurgimento desse debate em 1905, redimiu-se do erro em seus trabalhos posteriores (HOBBSAWM, 1996, pp. 56-7; 1997, p. 65).

²⁰ Foi precisamente nessa época que se deu a publicação de *Materialismo e empiriocriticismo* (LÊNIN, 1982), uma obra que visava a combater a influência de Aleksandr Bogdanov, um ex-bolchevique que, inspirado nas ideias dos filósofos Ernst Mach e Richard Avenarius, buscava introduzir concepções consideradas idealistas no interior do pensamento marxista.

incentivando a adoção do sufrágio universal no Império Austro-Húngaro (1907).

Ao se ler com atenção o Epílogo de *A era dos impérios* (HOBSBAWM, 2005, pp. 453-69) e os dois primeiros capítulos de *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1997, pp. 29-89), pode-se concluir que, do ponto de vista do nosso historiador, as “revoluções russas” foram geradas pelas guerras – a de 1905, pela Guerra Russo-Japonesa, e a de 1917, pela I Guerra Mundial –, e que essa noção da revolução social como “a filha da guerra no século XX” pode perfeitamente ser ampliada em nível mundial se levarmos em conta que a II Guerra Mundial também permitiu que a União Soviética se transformasse em uma superpotência, além de contribuir para a expansão do socialismo no Leste da Europa e na China.

A análise dos acontecimentos revolucionários de 1917 fez que Hobsbawm retomasse o debate sobre o caráter de classe da Revolução Russa, momento em que até os revolucionários marxistas – excetuando-se, mais uma vez, os herdeiros dos “românticos” *narodniks* – acreditavam que as condições para uma transformação socialista ainda não estavam presentes na Rússia agrária e atrasada. Porém, acrescentava ele, assim como não estava preparada para uma revolução socialista, a Rússia também não estava pronta para uma revolução burguesa, devido principalmente ao pequeno número e à fraqueza política da sua classe média liberal, cujo partido político – o Partido Constitucional Democrata (os seus membros eram chamados “*Kadets*”) – não atingira sequer o índice de 2,5% dos deputados eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte (HOBSBAWM, 1997, p. 64).

Para Hobsbawm (1997, pp. 65-7), o colapso político geral causado pela I Guerra Mundial apontava para a possibilidade de uma revolução europeia, numa reedição da “Primavera dos Povos” de 1848, ao provocar a queda dos monarcas na Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia, Bulgária e na própria Rússia, além de espalhar a inquietação social pela Itália. Porém, logo ficaria claro que a Rússia havia sido apenas o primeiro dos regimes da Europa Centro-Oriental a desabar, fenômeno que, apesar de esperado, não poderia ser exatamente previsto; o próprio Lênin se perguntava, poucas semanas antes da Revolução de Fevereiro e ainda em seu exílio na Suíça, se viveria suficientemente para ver a revolução socialista na Rússia.

Na verdade, o regime tsarista entrou em colapso diante de uma habitual manifestação de operárias em Petrogrado, o novo nome de São Petersburgo desde o início da guerra, que homenageavam o Dia Internacional da Mulher – 8 de março, no calendário gregoriano, e 23 de fevereiro, no calendário juliano –, mas que, dessa vez, estava combinada com um locaute industrial na metalúrgica Putilov, resultando numa greve geral e em passeatas que reivindicavam “pão” para os trabalhadores.

Nicolau II se viu obrigado a abdicar o trono após quatro dias de tumultos, nos quais suas tropas e os tradicionais regimentos cossacos, ao contrário do ocorrido em 1905, recusaram-se a massacrar a multidão, sendo substituído por um Governo Provisório liberal e ainda compromissado em manter a Rússia na I Guerra Mundial, combatendo a Alemanha no *front* Oriental.

No lugar de uma Rússia liberal aliada do Ocidente na luta contra os alemães, porém, Hobsbawm (1997, p. 67) apontava para o surgimento de um “vácuo revolucionário” entre o impotente Governo Provisório de Aleksandr Kerensky e os inúmeros soviets que renasceram “como cogumelos após as chuvas” e que detinham o poder de fato – ou pelo menos de veto –, se bem que não sabiam o que fazer com esse poder. Ele observava que os soviets eram disputados pelos vários partidos e grupos de esquerda, embora inicialmente só fossem vistos como uma alternativa concreta de governo por Lênin que, por meio da palavra de ordem “Todo poder aos soviets”, conseguiu mais tarde “transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique”.

Hobsbawm (1997, pp. 68-9) também destacava o importante papel desempenhado naquele momento pelo *slogan* “Pão, Paz e Terra” para o fortalecimento dos bolcheviques em relação aos outros agrupamentos políticos, passando de “um pequeno grupo de uns poucos milhares em março de 1917 para um quarto de milhão de membros no início do verão daquele ano”. Segundo o relato do nosso historiador, precisamente a radicalização dos trabalhadores industriais e, principalmente, dos camponeses – que apoiavam esmagadoramente os SR, cuja ala esquerda se aproximou de Lênin após o Outubro de 1917 – é que teria empurrado os bolcheviques para o poder. Poder este que, na realidade, “mais que tomado... foi colhido”, fenômeno que também pôde ser comprovado com o fato de as filmagens de *Outubro*, a obra cinematográfica de Eisenstein realizada dez anos depois, terem ferido mais pessoas do que a real tomada do Palácio de Inverno.

Na análise de Hobsbawm (1997, p. 69), após a queda do Governo Provisório, a Revolução Russa mergulhou em polêmicas majoritariamente falsas, pois a verdadeira questão não residia em saber se o Outubro de 1917 teria sido ou não um *putsch* antidemocrático, mas o que deveria ou poderia seguir-se a Kerensky. Mais uma vez, ele parecia concordar totalmente com os argumentos de Lênin que, por meio do panfleto *Conservarão os bolcheviques o poder de estado?* (LÊNIN, 1988), lutava para convencer seus camaradas mais hesitantes de que: 1º) aquele era o momento propício para tomar o poder; 2º) eles eram o único partido preparado para fazê-lo; e 3º) a alternativa a eles era a ocupação alemã ou a “anarquia”. O maior problema estaria na perspectiva de longo prazo, pois,

mesmo acreditando que “o poder tomado em Petrogrado e Moscou pudesse ser estendido ao resto da Rússia”, a determinação leniniana tinha por base a certeza de que uma revolução na Rússia se transformaria em uma revolução mundial, ou pelo menos europeia, capaz de ajudar aquele país atrasado a fazer sua transição para uma sociedade socialista.

Ao abordar as razões da sobrevivência da Rússia revolucionária, Hobsbawm (1997, p. 70) constatou inicialmente a manutenção e ampliação do poder nas mãos dos bolcheviques, não só para além dos dois meses e 15 dias que havia durado a Comuna de Paris de 1871, como Lênin havia comemorado com orgulho e alívio, mas após “anos de ininterrupta crise e catástrofe” marcados pelas consequências do Tratado de Brest-Litovski²¹ e por quase três anos de guerra civil²²; isto é, por separações regionais, contrarrevolução interna, intervenção armada estrangeira, fome e colapso econômico. Ele enfatizava que, em alguns momentos, a Rússia soviética ficou reduzida a uma faixa de território encravada entre os Urais e os atuais Estados Bálticos, retornando praticamente às fronteiras do Grão-Ducado de Moscúvia, o estado existente entre os séculos XIV e XVIII e que antecedeu o Império Russo.

As únicas vantagens dos bolcheviques naqueles primeiros anos revolucionários, identificadas por Hobsbawm (1997, p. 70), seriam: a) a grande divisão política entre as várias forças contrarrevolucionárias; b) a incompetência dessas forças em conquistar o decisivo apoio do campesinato; e c) a insegurança das potências ocidentais em relação ao ânimo dos seus soldados e marinheiros para combater a Rússia dos soviets. No final de 1920, os bolcheviques venceram e ampliaram o seu poder, mas Hobsbawm não deixou de observar que, após o período em que as decisões tomadas estavam extremamente voltadas para a sobrevivência imediata da Revolução, a nova república soviética que “emergiu de sua

²¹ Esse acordo de paz, assinado em 3 de março de 1918 pelo governo bolchevique e pela Alemanha, tinha como finalidade retirar a Rússia revolucionária da I Guerra Mundial. Como as negociações foram realizadas sob o impacto da ofensiva alemã e da desestruturação do Exército e Marinha do antigo Império Russo, os termos que os representantes bolcheviques foram obrigados a aceitar tornaram-se demasiadamente humilhantes, pois tiveram de abrir mão da Finlândia, Países Bálticos, Polônia, Bielorrússia e Ucrânia; um território que abarcava um terço da sua população, 50% da indústria e 90% das minas de carvão.

²² A Guerra Civil russa durou de abril de 1918 a novembro de 1920, colocando frente a frente o Exército Vermelho – organizado e liderado por Trotsky – e os “brancos”, as forças contrarrevolucionárias formadas por monarquistas e republicanos liberais que, comandadas por ex-generais tsaristas e contando com a ajuda de tropas estrangeiras, lutavam para derrubar o governo bolchevique. Após mais de dois anos e meio de intensos combates e de violências praticadas contra a população civil em todo o território do antigo Império Russo, somados à fome e epidemias que se abateram sobre o campo e as cidades, a economia e os laços sociais estavam totalmente destruídos. Ainda hoje não se podem quantificar seus custos humanos com fidelidade, devido às grandes disparidades dos dados estatísticos apresentados pelas diferentes concepções políticas e ideológicas envolvidas nesse debate historiográfico.

agonia” era muito diferente daquela que Lênin idealizara quando desembarcou na Estação Finlândia, em abril de 1917.

Por outro lado, Hobsbawm (1997, p. 71; 1998b, pp. 264-6) apontava três grandes motivos que explicariam a sobrevivência da Revolução de 1917: 1º) a existência do Partido Bolchevique – rebatizado de Partido Comunista em 1918 –, uma organização centralizada e disciplinada de 600 mil membros que só atingira a sua maioria depois do Outubro de 1917, ao construir o estado soviético e servir de modelo para todos os regimes revolucionários do século XX; 2º) o apoio dos patriotas russos, principalmente de alguns antigos oficiais tsaristas que ajudaram a construir o novo Exército Vermelho e, assim como os historiadores que trabalham em retrospecto, pensavam que “a opção entre 1917-8 não era entre uma Rússia liberal-democrática ou não liberal, mas entre a Rússia e a desintegração”; e 3º) a percepção enganosa dos camponeses de que, da mesma forma que a Revolução lhes permitiu tomar a terra, as chances de mantê-la eram melhores se continuassem sob o governo dos bolcheviques do que com o retorno da nobreza tsarista.

Em um ensaio bastante específico, intitulado Podemos escrever a história da Revolução Russa? (HOBSBAWM, 1998b, pp. 256-67), nosso historiador alertava para o fato de que os debates em torno do Outubro de 1917 e da história posterior da Rússia no século XX não focalizavam tanto os seus acontecimentos concretos, mas estavam presos a perguntas voltadas mais para o que poderia ter acontecido, tais como: O tsarismo poderia ter se salvado?; se Lênin não tivesse voltado para a Rússia a Revolução de Outubro teria sido evitada? e se não fosse a Guerra Civil, como teriam se desenvolvido o Partido Bolchevique e a política soviética? E o próprio Hobsbawm (1998b, pp. 259-60) respondia que essas interrogações, apesar de fascinantes, eram “analiticamente inúteis”, pois não poderiam ser satisfeitas com base nas evidências simplesmente porque “giram em torno do que não aconteceu”. Diante delas somente podemos afirmar com certeza que: a) o Governo Provisório foi derrubado por “uma enorme onda de radicalização popular, da qual os bolcheviques foram os principais beneficiários”, pondo por terra a tese de que o Outubro de 1917 não teria passado de um golpe conspiratório; e b) sem a presença de Lênin, a história da Revolução Russa teria sido muito diferente, pois, “às vezes os indivíduos realmente fazem diferença, como no caso de Lênin e [Yossif] Stálin”.

Na verdade, Hobsbawm achava mais interessante outra série de questões contrafactuais, as quais poderiam ajudar a remover muitos dos aspectos ideológicos que nos impedem de enxergar com a clareza necessária a história da Revolução Russa. O exemplo escolhido por ele diz respeito à queda do tsarismo, um regime político que, como vimos, a

grande maioria dos analistas sociais, e não somente Marx e os marxistas russos, esperava ver desmoronar a qualquer momento, uma vez que nem mesmo os liberais confiavam na possibilidade do surgimento de uma Rússia democrático-parlamentar após Nicolau II, bastando para comprovar isso o dado de que apenas 5% dos deputados eleitos para a Assembleia Constituinte eram liberais burgueses e 3% eram mencheviques. Mas, como vimos, na opinião de Hobsbawm (1998b, p. 261), a teoria de que a Rússia tsarista caminhava para se transformar em uma sociedade capitalista liberal, caso não ocorresse a Revolução Bolchevique, não deve nos incomodar muito, pois ela só persiste por necessidade da argumentação antimarxista.

Por fim, um terceiro gênero de questões contrafactuais chamava mais a atenção de Hobsbawm, que dizem respeito às alternativas políticas possíveis e às discussões reais que se davam naquele momento, inclusive entre os próprios bolcheviques. Não se trata mais de saber se o Governo Provisório deveria ou não ser derrubado ou se eram mesmo os bolcheviques que deveriam substituí-lo, pois o primeiro “já estava morto”, e os segundos “eram os únicos em condições” de fazê-lo. A indagação agora era sobre como a Revolução Russa deveria ser realizada: por meio de uma insurreição planejada ou não? Antes ou depois do Congresso dos Sovietes? Em coalizão com as demais forças revolucionárias ou isoladamente?

Hobsbawm (1998b, p. 263) declarou não ter dúvidas de que Lênin tentaria fazer a Revolução mesmo com a certeza de que os bolcheviques seriam derrotados logo depois, somente para inspirar as futuras revoluções, como uma nova edição da Comuna de Paris.

E fez a seguinte observação:

se hoje, como historiadores, achamos que [Lev] Kamenev, por exemplo, estava certo, e não Lênin, não estamos realmente avaliando as chances de Kamenev convencer o Partido Bolchevique em outubro de 1917. Estamos dizendo: se nos encontrássemos nessa situação *hoje*, deveríamos adotar sua opinião. Estamos falando do jogo agora ou no futuro, não do jogo em 1917, cujo placar não pode mais ser alterado (...) é uma proposição sobre nossas ideias políticas e não sobre a história. Em 1917, outubro veio depois de fevereiro. A história deve partir do que aconteceu. O resto é especulação (HOBBSAWM, 1998b, pp. 263-4).

Ao procurar deixar de lado todas essas especulações e retornar à história concreta, no entanto, observamos que Hobsbawm propunha algo que ele mesmo não conseguiu fazer plenamente, isto é, “parar de pensar a Revolução Russa em termos das metas e intenções dos bolcheviques e dos demais”. Ele chegou a afirmar que até os objetivos de Lênin – os quais ele conseguia impor ao Partido – seriam irrelevantes, pois as revoluções sociais surgem “de baixo para cima”, mais parecidas com os incontroláveis

fenômenos naturais, tais como os terremotos e as grandes enchentes. Ainda segundo Hobsbawm (1998b, p. 264), a melhor forma de provar isso é a constatação de que, em 1921, após três anos cotidianamente revolucionários, o “curso futuro estava mais ou menos determinado, e era muito diferente de tudo que os marxistas, inclusive Lênin, teriam imaginado para a Rússia antes da Revolução”.

Considerações finais

Revisitar as reflexões realizadas por Hobsbawm sobre a Revolução Russa pode ser muito instrutivo neste momento em que o centenário do Outubro de 1917 despertou o interesse sobre novas pesquisas e análises daqueles relevantes acontecimentos, tanto da parte de seus admiradores quanto da de seus detratores. Mesmo não sendo um historiador especializado no tema, como ele deixou bem claro em todas as oportunidades em que abordou o assunto, Hobsbawm – por sua também centenária trajetória de vida, enquanto um intelectual marxista comprometido com os ideais comunistas, e por sua reconhecida capacidade de compreensão das tramas históricas – poderá contribuir bastante para o entendimento daqueles fatos revolucionários e dos embates historiográficos que eles suscitaram e ainda suscitam.

Dito isto, destacamos duas questões citadas em nossa análise da trajetória pessoal de Hobsbawm e de suas reflexões sobre a história da Revolução Russa. A primeira trata da existência de uma nítida ambivalência entre a admiração do nosso historiador pelo Outubro de 1917 e a tradição bolchevique-leninista, por um lado, e sua visão crítica das implicações históricas dessa mesma tradição, por outro. O que inclusive o levou a se aproximar do pensamento gramsciano e do movimento eurocomunista, sem, no entanto, conseguir se desligar completamente do paradigma anterior. A segunda questão, que está bem mais vinculada à historiografia da Revolução Russa, diz respeito ao fato de Hobsbawm nos propor um estudo dos acontecimentos revolucionários de 1917 não tão centrado na figura de Lênin ou nas ações do Partido Bolchevique, como é predominante até os dias atuais, apesar de ele mesmo não ter conseguido executar essa tarefa.

Tais constatações, se procedentes, poderão nos fazer pensar em até que ponto o simultâneo sentimento de admiração e posicionamento crítico da parte de Hobsbawm, em relação ao Outubro de 1917, influenciou o conjunto de suas obras ou, mais especificamente, dos seus trabalhos que versaram sobre a história do século XX, o socialismo e o movimento comunista internacional. Além disso, deixam um grande desafio aos novos historiadores da Revolução Russa e um novo parâmetro para analisarmos

a historiografia já existente e a vindoura sobre o assunto, ou seja, não superestimar o papel desempenhado pelos bolcheviques e seus principais líderes nos rumos tomados por aqueles acontecimentos revolucionários.

Escrevendo em homenagem ao historiador polonês Isaac Deutscher, um dos mais importantes biógrafos de Trotsky, e poucos anos após o colapso da União Soviética, Hobsbawm (1998b) apontou para a superação dos argumentos dos chamados “*cold warriors*” – os historiadores anticomunistas da Revolução Russa na época da guerra fria – e deixou bem claro não esperar muita coisa dos novos trabalhos produzidos pelos historiadores russos. Em contrapartida, ofereceu-nos pistas de sua natural preferência por uma história social do Outubro de 1917 e o especial apreço pela “história a partir de baixo” ao elogiar a obra *A tragédia de um povo* (FIGES, 1999); muito embora devamos duvidar que Hobsbawm concordasse com a “virada linguística” desenvolvida por este autor e por uma parte significativa das novas gerações da história social britânica.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Teoría, política y historia: un debate con E. P. Thompson*. Madri: Siglo XXI, 2012a.

_____. A esquerda vencida: Eric Hobsbawm. In: _____. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012b, pp. 315-59.

DALAQUA, Renata H. O debate no interior da *New Left* britânica: o significado da controvérsia entre Perry Anderson e E. P. Thompson. *História Social*, Campinas, n. 16, pp. 215-32, 1. sem. 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/241/227>>, acessado em 15 dez. 2017.

FIGES, Orlando. *A tragédia de um povo: a Revolução Russa 1891-1924*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FLORENZANO, Modesto. E. P. Thompson visto por Perry Anderson em *Teoría, política y historia: un debate con E. P. Thompson*. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, pp. 145-53, out. 1995. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11311/8292>>, acessado em 15 dez. 2017.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2007, pp. 21-57.

HILL, Christopher. *Lenin e a Revolução Russa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HITCHENS, Christopher. Eric the Red. *The New York Times*, Nova York, 24 Aug. 2003. Disponível em: <www.nytimes.com/2003/08/24/books/eric-the-red.html>, acessado em 15 jan. 2017.

HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais no século XIX e XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: _____ (Org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx* v. I. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b, pp. 301-46.

_____. A cultura europeia e o marxismo entre o século XIX e XX. In: _____ (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da II Internacional – Primeira parte* v. II. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 75-124.

_____. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

_____. Podemos escrever a história da Revolução Russa?. In: _____ *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998b, pp. 256-67.

_____. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000a.

_____. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

_____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo 1840-2011*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. *Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

_____. *Bandidos*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. *Viva la revolución: a era das utopias na América Latina*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

_____; RUDÉ, George. *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KAYE, Harvey J. *The British Marxist historians: an introductory analysis*. Londres: Macmillan Press, 1995.

LÊNIN, Vladimir. *Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982.

_____. Conservarão os bolcheviques o poder de estado? In: _____. *Obras escolhidas t. 2*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988, pp. 327-65.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia de 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese (Doutorado) defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13058>>, acessado em 20 jan. 2017.

SANTOS, Antonio Carlos dos. *Eric J. Hobsbawm e a “era do socialismo”*: da Revolução Russa ao colapso da União Soviética (1917-1991). Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12696>>, acessado em 25 abr. 2017.

SAZBÓN, José. Duas caras no marxismo inglês: o intercâmbio Thompson-Anderson. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. esp., pp. 240-94, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27932/15394>>, acessado em 15 dez. 2017.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

_____. As peculiaridades dos ingleses. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2007, pp. 75-179.

WOODS, Alan. Hobsbawm – Parte 2: o apóstolo do blairismo. *Esquerda Marxista*, São Paulo, 10 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/content/hobsbawm-parte-2-o-apostolo-do-blairismo>>, acessado em 31 out. 2016.

Como citar:

SANTOS, Antonio Carlos dos. Centenários: Eric J. Hobsbawm e a Revolução Russa. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 2, pp. 161-191, nov. 2018.

Data de envio: 30 jan. 2017

Data de aceite: 17 jan. 2018